



O COTIDIANO DO TRABALHADOR DA ICOMI DENTRO E FORA DO ESPAÇO FABRIL: COMO SE EFETIVAVA O CONTROLE SOCIAL

Elke Daniela Rocha Nunes¹

Resumo:

O presente artigo trata do primeiro, maior e mais duradouro empreendimento produtivo da história do Amapá: a mineração de manganês de Serra do Navio, operada pela ICOMI, que para se efetivar, teve que dar conta de toda a infraestrutura, bem como captar, preparar e controlar a mão-de-obra necessária para o engendramento do projeto. Para tanto, foram construídos inúmeros aparatos, tanto no imaginário coletivo, como na vida prática de cada indivíduo. Assim, buscou-se perceber através de relatos o que permeia atualmente o imaginário social, procurando demonstrar uma das facetas da controversa história do maior empreendimento até hoje instalado neste que ainda pode ser considerado um recente estado da confederação.

Introdução

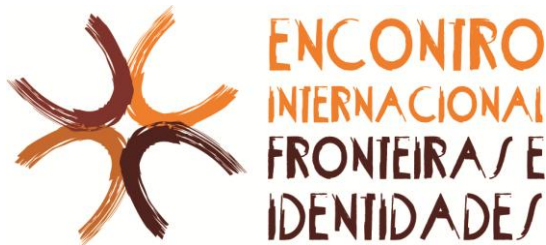
As vilas residenciais da ICOMI – Vila Amazonas e Vila Serra do Navio – serão consideradas para fins desses comentários, comunidade fechada, pois se caracterizavam como “reservada a um grupo limitado de pessoas, vedando-se ou controlando-se rigidamente a entrada de terceiros, seja como moradores, seja para a prática de comércio ou para a prestação de serviços” (RIBEIRO, 1992).

Em termos político-administrativos, a Vila de Serra do Navio era apenas um Distrito do enorme Município de Macapá e a Vila Amazonas era um bairro do então Distrito de Santana, também pertencente ao Município de Macapá.

A responsabilidade pela quase totalidade das ações e de toda a infra-estrutura e por todos os serviços públicos estava sim nas mãos da ICOMI. “A Vila era parte do espaço fabril e vivia sob controle e responsabilidade patronais” (DRUMMOND; PÓVOAS, 2007, p. 392). Antes de 1993, ninguém ingressava no núcleo urbano da Vila ou no próprio perímetro de mineração sem a autorização da empresa.

Assim, elege-se o período de 1960 a 1975 como *recorte cronológico* da pesquisa, considerando que é no ano de 1960 que as vilas operárias são concluídas, conseqüentemente, ano em que os funcionários começam a se alojar nas casas e as vilas tornam-se, assim, mais um aparato na vida prática de cada indivíduo, bem como é nesse ano que praticamente toda a

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, doutoranda em História. E-mail: elkedani@hotmail.com



infra-estrutura da mineradora foi concluída. O período analisado pela pesquisas e prolongou até 1975, onde foi possível perceber como a ICOMI lidou com a crise do modo de produção fordista - sobretudo a crise do petróleo em 1973 - e quais artifícios utilizou para substituí-lo por outro modelo, ou seja, como ocorreu a reestruturação produtiva dentro do empreendimento.

Para tanto, faz-se necessário contextualizar historicamente o Território Federal do Amapá nesse período, onde a Doutrina da Segurança Nacional encontra sua maior expressão no processo de concentração do poder, cujo termo inicial está no Golpe Militar de 1964, o qual instituiu o poder militar e marginalizou por completo a sociedade civil das decisões que lhe diziam respeito em todos os setores da vida pública.

O poder militar utilizou-se de um discurso que falseava a realidade latente, pois a população não se via manipulada e sim como parte integrante e cooperadora para com o desenvolvimento e bem-estar social, uma vez que esse poder fez uso do discurso de que a segurança é sinônimo de desenvolvimento, onde os objetivos nacionais estavam contidos no binômio “segurança e desenvolvimento”, síntese do bem comum na palavra cansativamente homogênea e repetida pelos cultores e executores da Doutrina de Segurança Nacional. Isso é bem observado no discurso do governador Ivanhoé Martins², conforme transcrito a seguir: “Decorridos apenas oito anos da Revolução Democrática, o Amapá apresenta ao entendimento dos estudiosos, aos olhos do povo, admiração do País, um novo aspecto pela dinamização de todos os setores da atividade, quer no campo da administração, quer na área da ação empresarial”.

No âmbito administrativo, o progresso salta a vista. Tudo isso porque o movimento democrático trouxe para o Território do Amapá um governo que realiza, que emprega com acerto o dinheiro público, que abre faixas de progresso, que merece a confiança do povo. (JORNAL NÓVO AMAPÁ, 1972)

O discurso era elaborado de maneira que o Estado, o qual se revestia de uma falsa democracia, construía uma identidade nacional, pois os militares acreditavam que cabia a eles o poder da direção da sociedade, interpretando suas aspirações e estabelecendo os objetivos os objetivos nacionais. O poder político era usado pelo Estado totalitário para controlar o

²O general gaúcho Arthur da Costa e Silva, substituindo Castelo Branco em decorrência da morte deste, nomeia o general matogrossense Ivanhoé Gonçalves Martins, que assumiu o governo do Amapá de 1967 a 1972.



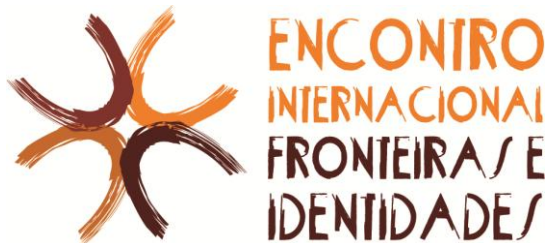
comportamento dos indivíduos, a fim de garantir determinadas relações sociais, interferindo na vida das pessoas ou de classes sociais, buscando impor o convívio social e a ordem, estipulando regras e normas sociais, visando atingir objetivos nacionais e, para alcançar esses objetivos, o estado utilizou-se de mecanismos de ordem ostensiva e/ou ideológica.

No Território Federal do Amapá, o uso das forças ideológicas superou os usos das forças ostensivas, visto que o nível de contestação ao regime militar ficou restrito a um número reduzido de pessoas. A força ideológica era usada de forma não-declarada para dominar um grupo ou classe de pessoas. A ideologia através de um discurso bem elaborado era usado como meio eficaz e menos desgastante pelo governo militar do que a força ostensiva para controlar comportamentos sociais, pois uma das principais características da ideologia é ocultar sua origem e dominar psicossocialmente as pessoas, fazendo-as assumir valores e comportamentos úteis às classes dirigentes.

Os governantes militares no Amapá, como no restante do país, fazendo uso de um discurso ufanista, nacionalista, onde conceitos como desenvolvimento, progresso, bem-estar social e valores morais e cívicos eram exaltados e frequentemente usados para persuadir as pessoas a se identificarem e apoiarem o governo ditatorial, para que assim o país possa obter “desenvolvimento econômico e social” (JORNAL NOVO AMAPÁ, 1968) visto que “o povo é a célula do desenvolvimento e que deve colocar na alma o mesmo fulgor que está nos nossos corações” (JORNAL NÔVO AMAPÁ, 1969).

Os ideólogos do governo militar, através de um grande aparato bem estruturado e propalado nos meios de comunicação, conseguiram exaltar o discurso da Segurança Nacional, que bem empregado e usando habilmente a palavra falada e escrita, aprofundou a despolitização do povo alcançando o apoio popular e legitimação do regime militar. Como afirma Foucault (2000) “há palavras tão manipuladas, tão manuseadas, tão corrompidas para afirmar o nosso querer viver. O certo é que nada existe de mais comum, de mais ambíguo, de mais suscetível, de mal entendido e manipulações”.

Em contrapartida, as pessoas que não eram atingidas “positivamente” pelo discurso de Segurança Nacional e que se manifestavam contrárias a essa política governamental, eram tratadas como subversivas, agitadoras que queriam “submeter a ordem, desacreditar as autoridades, abalar os alicerces das instituições, minar o organismo nacional pela prática de ações em tudo contrárias aos mais legítimos interesses do povo” (JORNAL NOVO AMAPÁ, 1968). E, para justificar a repressão sobre seus opositores, os militares faziam uso da força



ostensiva que era justificada pela Lei de Segurança Nacional, onde a violência, a repressão e o cerceamento de direitos eram utilizados para “proteger” a nação contra antagonismos tanto internos quanto externos, incluindo medidas preventivas e repressivas, sem atribuir nenhuma importância para o desenvolvimento das políticas sociais que beneficiem a população.

No governo de Ivanhoé Martins (1967 - 1972), as ações consideradas subversivas eram citadas no Jornal Novo Amapá como forma de alertar o povo amapaense a não seguir as ideias consideradas comunistas, as quais vão de encontro aos interesses do regime em questão, pois os que assim o fizessem sofreriam as consequências de seus atos, conforme alerta o Governador:

Entretanto, o que é inegável é que neste País há algumas - felizmente poucas – sacristias, clubes de intelectuais esmolezados, universidades, políticos, editores de livros apátricos, que nada mais querem do que manter um clima de subversão, onde se geram os matadores, acobertados pelo que chamam de idéias e cujo menor sentido é a traição a Pátria.

São esses jornais, essas revistas, esses intelectuais, que também se constituem em agentes escondidos da criação de clima de subversão social. São os autores do clima onde medram os futuros gangsteres da covardia, da traição, contra os interesses da nossa Pátria. Os corruptos, os cínicos, os falsos, os insinceros, os pregadores do mal, os criadores da fogueira da subversão, esses desaparecerão. O próprio povo se encarregara de desprezá-los e esmagá-los.

Assim, o que se esclarece é que o poder domina e se faz obedecer, porém, mais importante ainda é atentar para o fato que não há relações de poder sem resistência. Como afirma Foucault (1979) “onde há resistência, há poder. O foco é o processo de dominação exercido pelas forças hegemônicas e de poder e das instituições a elas vinculadas”. Assim, é importante ressaltar que não podemos deixar de constatar a extrapolação dos limites de poder pela burocracia estatal, que culmina na gestão detalhada e calculista da vida ou da morte dos indivíduos e das populações

O que interessa para a pesquisa não era esse poder regulado pela burocracia estatal, mas o contorno que possibilita a ICOMI fazer uso de todo o aparato ideológico já montado pelo Estado, e usou de todos os meios, como a palavra falada e escrita, mas não se conformou apenas com isso e monta ainda, para efetivar esse controle toda uma infraestrutura bem pensada para lhe dar suporte.

Santos (1996) ressalta a importância da dimensão espacial do cotidiano quando assegura que através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos,



talvez, contribuir para o imprescindível entendimento dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle; um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. A partir dessa assertiva, pretende-se entender como a ICOMI idealizou a construção da sua infraestrutura para criar esse ambiente propício ao controle minucioso dos atos dos seus trabalhadores.

Inserido nessa discussão, no que concerne a sua dinâmica temporal e seu caráter locacional, Carvalho (2002) não se conforma com as abordagens tradicionais que separam e opõem natureza e sociedade e apresentam descrições do quadro físico original das quais está ausente a ação humana:

Nos mapas de relevo, as formações aparecem [...] intactas nos seus respectivos lugares, mesmo que todos saibam que a Serra do Navio, por exemplo, há muito se deslocou para os EUA! [...] É comum inclusive o argumento de que há de se fazer pequenas 'concessões', no caso de livros didáticos, às editoras, pois estas se preocupam com o vestibular e no vestibular ainda se pergunta onde fica a Serra do Navio (e a resposta deve ser Amapá e não EUA) [...] (CARVALHO, 2002).

Para tanto, a análise do discurso será mais uma vez um instrumento aliado da presente pesquisa, visto que considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A análise do discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. Para Orlandi (2007) a análise do discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Procurou-se assim, entender as imagens captadas na época, sejam elas feitas pela empresa ou as que estavam no acervo de particulares. A foto abaixo demonstra um momento em que os moradores da residência conversam descontraidamente no seu interior sem saberem que estão sendo fotografados, contudo, a ideia reforçada pela imagem é noção de progresso e trabalho, onde a frase justifica mais uma vez que ela estaria trazendo o progresso para a região.

Exatamente por isso que se buscou também na leitura entrecruzada das documentações priorizadas para o presente trabalho: entrevistas, relatórios da empresa, bem como os manuais



de organização, indícios que possibilitassem entender o uso do território e o controle exercido pela administração da vila Serra do Navio sobre o espaço de circulação dos funcionários e a maior quantidade e diversidade de empregados que influenciam numa maior pluralidade de posicionamentos desses indivíduos diante das várias normas de conduta e disciplinarização implementadas pela companhia. E, através da redução da escala de análise aos trabalhadores de Serra do Navio, procurou-se respeitar as suas diversas vivências acerca do projeto.

Pretende-se assim, revelar alguns aspectos referentes ao cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio, entendendo-o não apenas como uma relação de dominação, conforme nos indica Foucault (1979) ao fazer suas assertivas sobre o poder, mas como uma complexa dinâmica de dominação, subordinação e resistência. Expondo como as formas de controle social efetivadas pela ICOMI foram utilizadas como estratégia de poder junto aos seus trabalhadores, subordinando-os às estratégias, normas e modelos de comportamento mais adequados aos interesses da Empresa, para garantir a apropriação do território.

Será feita uma demonstração de como a hierarquização resultante da combinação dessas diversas formas de controle social poderia corresponder a uma estratificação das condições de inserção dos trabalhadores no processo produtivo propriamente dito.

Para Silva (2007) o poder deve ser analisado a partir das suas práticas, das suas tecnologias de produção de poder desenvolvidas pelas sociedades. Não mais o poder circunscrito ao Estado ou aos seus aparelhos, não mais analisá-lo na consideração das lutas de classes, mas explicar seu funcionamento comparando-o a uma rede que se estende ao corpo social, produzindo seus efeitos. O poder não mais localizável, mas multidirecional, espalhado como micro-poderes, ou seja, grãos de poderes na mesa do social.

De acordo com Corrêa (2000) que descreve as estratégias e as ações concretas dos agentes modeladores do espaço urbano e aponta como primeira opção os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, afirmando que estes são grandes consumidores de espaço. No capitalismo, manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, envolvendo ainda, no caso da vila operária da ICOMI, a prática do poder e da ideologia.

Veiga (2003) também levanta considerações importantes sobre o que atualmente é considerado como espaço urbano, ou seja, segundo análises consistentes, há um equívoco na atual delimitação entre o urbano e o rural no Brasil, a qual diverge da prevalecente na maioria dos países, a qual identifica como urbanas as sedes dos municípios e dos distritos. Mas o que

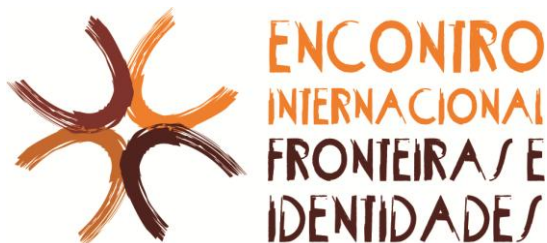


é interessante ressaltar para a presente pesquisa, é que no caso da vila operária da ICOMI, Vila Serra do Navio, pode-se dizer que ela era um espaço do modo de produção capitalista existente na época, o fordismo, já que ela tinha uma forte divisão em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes. Assim, pode-se dizer que internamente o espaço urbano das vilas operárias eram desiguais, já que a desigualdade é própria do sistema capitalista. Essas áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações.

A importância das vilas para a manutenção do poder disciplinar pela ICOMI, sempre foram evidentes. Na verdade, a intenção da empresa sempre foi divulgar as vilas, além de toda a infraestrutura que ela havia construído, como um dos símbolos de modernidade vinculados ao suposto progresso alcançado pelo Território Federal a partir do início do projeto desenvolvido pelo empreendimento do manganês no Amapá, no intuito de influenciar a construção e manutenção de uma imagem favorável à empresa junto aos vários segmentos sociais do Estado por todo o tempo em que perdurasse o empreendimento.

Dentro das vilas operárias da ICOMI havia uma rígida divisão de classes. As vilas foram planejadas baseadas no sistema típico norte-americano, sendo ela divididas em três vilas: a vila do staff, com casas amplas, com uma área bastante grande e aproveitável; a Vila intermediária, que era o segundo escalão; e a Vila operária, que era subdividida. Essa subdivisão dentro da vila ainda recaía nos tipos de casas, existiam seis tipos diferentes de casas: A, AR, B, C, CC e DD. Sendo que, o tipo DD era destinado aos funcionários de nível técnico, o tipo CC abrigava os de níveis superiores, os de tipo A e AR eram reservados aos funcionários de nível intermediário e os tipos B e C abrigavam os operários. A partir disso, discute-se a existência de uma “setorização” dos funcionários de acordo com a organização dessas casas que mantinha certo distanciamento entre o nível mais baixo e o mais elevado de empregados. Além disso, as vias de conexão de um setor ao outro eram quase exclusivas. Ou seja, evidencia-se que a segregação hierárquica estava relacionada também ao uso da forma arquitetônica da vila pela empresa.

A divisão da vila em dois setores basicamente foi justificada pelo engenheiro Oswaldo Bratke *apud* (RIBEIRO, 1002), que considerava necessária essa diferenciação de unidades residenciais com áreas diferentes, reproduzindo a idéia da empresa, conforme transcrito a seguir:



O operário da região, em geral, tinha condições de moradia bastante precárias, com casas desprovidas de boas instalações sanitárias, de esgotos, de entelamento, ou mal protegido das intempéries. Enfim, muito aquém daquilo que a ICOMI poderia oferecer, mesmo sendo do tipo econômico, isto é, casas salubres, atendendo a todos os requisitos necessários ao bem-estar do morador. Tínhamos absoluta certeza de satisfazê-lo, com o que pretendíamos oferecer. Já o pessoal categorizado, em geral de outras regiões dotadas de mais conforto, com bom ensino profissional ou superior, com maior responsabilidade de direção de serviços, contratados para determinado tempo de trabalho, dificilmente se radicaria no Território (...) Um dos atrativos que se poderia oferecer a esse pessoal, que provavelmente não investiria dinheiro na região, seria o de oferecer uma casa dotada de conforto e até certo luxo, o que por seus próprios meios, em sua terra, dificilmente poderia conseguir.

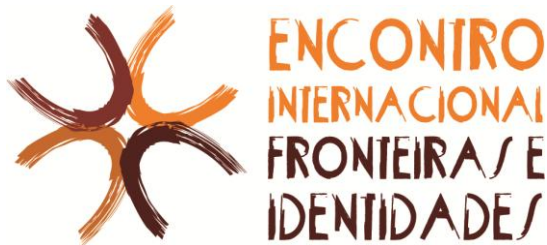
Esses dois setores ou grupos de casas seriam separados pelos equipamentos comunitários de comércio, serviços, escolas, clube, etc. Um grupo, composto de casa de hospedagem, refeitórios e casas de chefia, precisaria ser mantido pela Companhia por longos anos. O outro, onde se concentrariam o grosso dos empregados e o centro cívico e comercial, poderia ser repassado antes e poderia se constituir no embrião de uma comunidade independente.

O quadro abaixo demonstra o quantitativo de moradores bem como a divisão que foi pensada para as Vilas, com o intuito explícito de dividir os trabalhadores de acordo com a sua inserção no processo produtivo propriamente dito.

Número e tipos de residências das vilas operárias

TIPOS DE RESIDÊNCIA	VILA SERRA DO NAVIO	VILA AMAZONAS
GERÊNCIA GERAL	66	103
TRABALHADOR ESPECIALIZADO	52	46
TRABALHADORES OUTROS	216	180
TOTAL	334	329

Fonte: Arquivo do Dr. Ortiz Vergolino, desenho do layout das vilas, organizado pela autora



Esta divisão repercutia diretamente nas relações sociais, criando uma separação nítida entre os trabalhadores, sua família e outros envolvidos no projeto, conforme nos indica o relato do coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Alessandro Gallazi *apud* Silva (2002).

[...] Quer dizer que se tinha claramente quatro níveis de casa, de serviços e de salários. Eu não saberia quantificar de fato, mas era evidente. Mas não era só isso. Nas relações sociais, o chefe não podia se misturar com o pessoal de baixo como era chamado, justamente para não criar intimidade para ser respeitado, e para que suas ordens fossem cumpridas à risca, sem que houvesse vínculos afetivos que pudessem interferir na relação de trabalho.

Essa é uma questão que merece destaque, a organização da hierarquia das casas era pensada seguindo a divisão social do trabalho, resultando num disciplinamento constante, ou seja, o trabalhador estava submetido ao olhar constante dos seus superiores. Porém, o coordenador da CPT continua:

Então, por exemplo, o pessoal de baixo, não, absolutamente, (sic) podiam entrar no clube do pessoal do staff, não podia usar a piscina, não podia usar o campo de futebol, quer dizer, as divisões eram claras. A única coisa que havia em comum para todos era igreja e o cinema, já que só havia um de cada para a vila toda. Até o clube de diversão era o clube era o clube de baixo, e não tinha como se misturar. Os de cima podiam até ir embaixo, mas eram desaconselhados. Eu sei de casos de gente simpática que tentou fazer isso normalmente, sobretudo as esposas desse pessoal, que tinham relações com as esposas dos funcionários de baixo. Esse pessoal foi sumariamente aconselhado a não misturar as classes para não prejudicar as relações de trabalho, que não podiam ser relações de amizade, mas de dependência. (GALLAZI *apud* SILVA, 2002).

As vilas foram planejadas com o propósito bem definido de manter a ordem estabelecida e esperada pela ICOMI, e elas materializaram esse propósito. Destarte, a empresa sempre se preocupou com a forma que os moradores das Vilas deviam comportar-se, e para tanto, tratou de registrar, tão logo elas foram inauguradas, as Normas de Procedimento que deveriam ser cumpridas por todos os empregados e/ou moradores das Vilas. Essas normas revelam um mundo do trabalho peculiar, marcado não apenas pelas atividades de mineração nas jazidas e na área de beneficiamento do manganês, como também por um forte controle exercido pela companhia sobre os trabalhadores através de diversas normas disciplinares que



valiam tanto no horário de trabalho, quanto nos momentos de descanso na vila operária e por último pela resistência³ de alguns trabalhadores em se submeterem a essas normas.

Referências

CARVALHO, Marcos Bernardino. Os Grandes empreendimentos na Amazônia. **Revista Terra Livre**, 2002. Disponível em <<http://www.terralivre.com.br/pdf1geo2>> Acesso em mar 2010.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo. Ática, 2000.

DRUMMOND, J. A, PEREIRA, M. DE Araújo. **O Amapá nos tempos do Manganês**: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. São Paulo: Graal, 1979

JORNAL NÔVO AMAPÁ, Macapá, 1972

JORNAL NÔVO AMAPÁ, Macapá, 1969

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio**: Comunidade urbana na selva amazônica. São Paulo:Pini, 1992.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Francisco Paulo da. **Foucault, o discurso e o poder**. In.: BARBOSA P. N.; SARGENTINI. M. Foucault e os domínios da linguagem. São Carlos: Claraluz, 2007

SILVA, Carlos Ernani Alexandre da. **Exploração e Degradação Social dos Trabalhadores na Amazônia**: o Fim do Projeto ICOMI. Dissertação de Mestrado, UNICAMP. Campinas, janeiro de 2002

VEIGA, J. Eli. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

³Sobre a resistência dos trabalhadores, Silva (2006) analisou os processos movidos pelos trabalhadores no Ministério do Trabalho contra a ICOMI, cujo resultado revelou que, embora em número muito baixo, esses processos revelavam toda a insatisfação que não encontra-se em outros registros. Estes empregados expressam através de seus advogados, na maioria das vezes um posicionamento de embate direto à ordem social imposta pela companhia, ocasionando em conflitos contornados às vezes somente com a intermediação do Estado através da justiça.